PREFEITURA DO
RECIFE

CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE
Ata da 13ª Reunião da Câmara de Habitação e Regularização Fundiária

Local: Empresa de Urbanização do Recife - URB
Data: 09 de novembro de 2017
Horário: 09h40 às 12h15

Pauta:

- ✓ Apresentação do resultado das escutas populares nas 06 RPAs;
- ✓ Apresentação da minuta do Produto 3 do PLHIS para debate;
- ✓ Encaminhamentos quanto à apresentação na reunião do plenário do Conselho da Cidade do que foi produzido na Câmara de Habitação para o PLHIS.
- ✓ Outros informes.

Participantes da reunião da Câmara Técnica:

- ✓ Dos Conselheiros do poder público presentes: Norah Neves, Cezar Augusto e Marcela Gusmão.
- ✓ Dos Conselheiros de segmentos Empresariais: Sandro Guedes (ADEMI-PE).
- ✓ Dos Conselheiros de Entidades profissionais acadêmicas, de pesquisa e conselhos profissionais e ONGs:
- ✓ Dos Conselheiros de Representantes do segmento de entidades sindicais de categorias profissionais ligadas ao desenvolvimento urbano, movimentos sociais e populares com atuação na temática urbana ou ambiental: Degenildo Trajano (PREZEIS) e João José da Silva (MLPC).
- ✓ Dos técnicos da PCR e convidados: Socorro Cavalcanti (Poder Público), Mônica Loreto (Poder Público), Tarciana Medeiros (Poder Público), Carlos Alberto (Poder Público), Lucicleide Parente (Poder Público), Fabrício Couto (Poder Público), Tereza Borba (Poder Público), Anabel Garcia (Poder Público), Norma Estrela (Poder Público), Valéria Rangel (Poder Público), Rosa Campello (Poder Público) Igor Jordão (Lucena), Meyre Costa (Lucena), Winnie Fellows (Lucena) e Sérgio Lúcio (Lucena).

Resumo da reunião:

- ✓ Norah Neves (Poder Público) abriu a reunião às 09h40, repassou a pauta do dia e relatou as atualizações da política de habitação no que se refere ao programa Minha Casa Minha Vida. Informou que as seguintes comunidades: Pilar (mais precisamente, as quadras 45 e 60), Vila Brasil II, Antero Mota, Novo Prado, Boa Esperança, serão contempladas com a construção de 966 unidades habitacionais. Explicou que a relação dos municípios contemplados com o Programa

PMCMV pelo Ministério das Cidades foi publicada no Diário da Oficial da União, no dia 06.11.17. Disse que há outro Programa, o qual trabalhará com as melhorias habitacionais, cujo prazo máximo é o dia 19.11.17, para a Prefeitura da Cidade do Recife apresentar sua proposta no sistema de Cartão Reforma. Este tem a pretensão de atender as áreas elencadas no Fórum PREZEIS: Apipucos, Aritana, João de Barros e Vila União, com recursos do Ministério das Cidades. Explicou que é de recursos não reembolsáveis para o município e que para acessá-lo tem que se contratar uma empresa que será responsável pela fiscalização das obras. Explanou que as comunidades contempladas serão informadas por meio de reuniões específicas. Disse que a previsão de início é de seis meses para as obras de habitacionais previstas e quanto às obras de reforma, após o registro e aprovação do município no sistema, se aguardará o parecer do Ministério das Cidades para iniciar as ações exigidas pelo programa. Repassou a palavra para empresa fazer a apresentação referente às escutas do PHLIS.

- ✓ Winnie Fellows (Lucena) explicou que sintetizou os conteúdos das três escutas. Ressaltou que as escutas foram resultado de uma ação conjunta entre: Câmara Técnica, URB, SEPLAN, SEGOV e Lucena. Informou que no total, participaram: 359 representantes comunitários pertencentes a 85 bairros e comunidades, 186 entidades comunitárias e 49 cidadãos e moradores. Apresentou dados de cada escuta separadamente. Registrou a participação de representantes de oito bairros na RPA 1, onze representantes na RPA 2 e quatorze na RPA 4.

- ✓ Cezar Augusto (Poder Público) sugeriu que a consultora faça um cruzamento sistemático com as linhas programáticas do Plano. Considerou que um outro filtro, é articular a proposta com as demandas identificadas no diagnóstico. Enfatizou que a leitura é analítica e não somente descritiva. Exemplificou que algumas propostas apresentadas pela população podem estar relacionadas às questões de demandas institucionais e que o relatório deve apontar essa articulação. Acrescentou que o Plano deve apresentar uma articulação entre as propostas e linhas de financiamento para o PHLIS.

- ✓ Winnie Fellows (Lucena) respondeu que o produto 3 já está elaborado e que traz essa articulação entre as propostas e linhas de financiamento.

- ✓ Norah Neves (Poder Público) sugeriu que o produto 3 já deve ser repassado para os representantes da Câmara Técnica de habitação para análise na próxima reunião.

- ✓ Winnie Fellows (Lucena) lembrou que o produto 3 deverá sofrer alteração, considerando os ajustes feitos no relatório das escutas.

- ✓ Norah Neves (Poder Público) lembrou que o prazo de conclusão do PHLIS é para dezembro, devendo a Câmara Técnica finalizar seu parecer para apresentar na plenária do Conselho da Cidade. Lembrou que próximo ano, a Prefeitura da Cidade do Recife já terá condições de captar recurso como município que possui um Plano aprovado.

- ✓ Fernando de Alcântara (Poder Público) sugeriu que a Câmara Técnica realize uma reunião concentrada para análise do produto 3 e nessa reunião, finalize com o parecer devidamente pronto.

- ✓ A apresentação prosseguiu de forma mais rápida para viabilizar o debate.

- ✓ Socorro Cavalcanti (Poder Público) sugeriu que as propostas fossem quantificadas por área temática.

- ✓ Norah Neves (Poder Público) acatou a sugestão.

- ✓ A Lucena concluiu que a maioria das propostas se enquadra nas linhas temáticas do PHLIS, considerando, redução de déficit habitacional, redução da inadequação dos domicílios e promoção do desenvolvimento institucional. Considerou que algumas propostas não se enquadram inteiramente e deseja que sejam remetidas como recomendação para outras secretarias.

- ✓ João José (MLPC) colocou que o padrão de construção visto é o padrão construtivo do Minha Casa Minha Vida, mas que em algumas intervenções feitas pela SANEAR, a construção é menor do que o definido no Programa.

- ✓ Norah Neves (Poder Público) colocou que dependendo da linha financiamento, o padrão construtivo pode ser diferente do definido no Programa Minha Casa Minha Vida. Colocou que a área do apartamento deve considerar o tamanho da família, definindo vários tipos de padrão.

- ✓ João José (MLPC) e Degenildo Trajano (PREZEIS) concordaram com essa observação.

- ✓ Sandro Guedes (ADEMI/PE) colocou que na maioria das vezes a regra é definida pelo órgão que está financiando.

- ✓ Norah Neves (Poder Público) questionou se no Plano deveria entrar como intervenção à recuperação de conjuntos habitacionais degradados, devendo constar no Plano com um orçamento específico. Ressaltou que mesmo sendo um problema visível na cidade do Recife, não tem certeza se constaria no Plano como linha específica.

- ✓ Degenildo Trajano (PREZEIS) defendeu que o Plano deveria ter uma linha de intervenção para disponibilizar material de construção para autoconstrução. Exemplificou que no bairro de Campo Grande há inúmeros moradores com terreno próprio, que podem construir. Desde que sejam apoiados pelo poder público.

- ✓ João José (MLPC) questionou sobre a linha estratégica de modernização organizacional e técnica, pois essa questão é alvo de intervenção dos prefeitos.

- ✓ Igor Jordão (Lucena) colocou que essa questão deve ser definida no Plano com uma proposta de arranjo institucional para que as gestões administrativas não mudem com tanta facilidade. Enfatizou que área de habitação aparece na estrutura administrativa ora como atividade fim, ora como atividade meio, devendo esta ser definida no Plano para não sofrer tanta mudança.

- ✓ Finalizada a apresentação, Winnie Fellows (Lucena) repassou a palavra para os conselheiros.

- ✓ João José (MLPC) perguntou quando esse produto estará disponibilizado para apreciação na Câmara.

- ✓ Cezar Augusto (Poder Público) informou que estará disponibilizado no site.

- ✓ João José (MLPC) lembrou que as pessoas que participaram da escuta estão solicitando o retorno com as propostas.

- ✓ Norah Neves (Poder Público) ponderou que o documento deve ser disponibilizado aos conselheiros da Câmara Técnica de Habitação, podendo ser enviado por e-mail também. Explicou que deve-se definir um prazo para as contribuições e agendar uma reunião da Câmara para análise e fechamento do PLHIS. Lembrou que o Ministério Público vem solicitando informações da Prefeitura sobre as propostas do Plano. Informou que o Ministério Público requisita um percentual de moradia para pessoas em situação de rua. Defendeu que essa proposta deve ser fruto da construção coletiva do Plano.

- ✓ João José (MLPC) colocou que essa questão deve ser vista com a política da assistência, pois muitos moradores de rua têm família e tem habitação e estão na rua por outros motivos. Propôs que a política da assistência deve informar na Câmara Técnica como se encontra a situação das pessoas que moram nas ruas. Colocou a necessidade de articular as discussões da CT de Habitação com as outras câmaras do CONCIDADE.

- ✓ Cezar Augusto (Poder Público) perguntou a consultora se o documento trás uma síntese do diagnóstico, as deliberações da 6ª Conferência da Cidade, as linhas programáticas e as demandas das escutas populares.

- ✓ Winnie Fellows (Lucena) informou que o produto 3 está completo, inclusive com os custos. Explicou que a Prefeitura da Cidade do Recife tem recurso de contrapartida previsto na LOAS.

- ✓ Sandro Guedes (ADEMI/PE) questionou sobre a proposta de aluguel social informou que é aplicada por vários países desenvolvidos, como França e Inglaterra. Informou que na cidade de São Paulo já se cogita aplicar essa proposta.

- ✓ Igor Jordão (Lucena) falou que considerando a cultura do brasileiro, a proposta de aluguel social, ainda não é bem assimilada, pois há uma tendência do brasileiro a rejeitar pelo fato de não ter a propriedade.

- ✓ Sandro Guedes (ADEMI/PE) colocou que essa proposta deve ser considerada, pois é mais viável, considerando os tributos referentes.

- ✓ Norah Neves (Poder Público) solicitou a palavra para dar os encaminhamentos da reunião. Enfatizou que deverá entregar o documento para análise dos conselheiros, sendo feito primeiro a sistematização de etapas que deverão ser discutidas pela Câmara Técnica de Habitação.

Encaminhamentos:

- ✓ Tarciana Medeiros (SEPLAN) tem até segunda-feira (13.11.17) para enviar o Produto para os representantes da Câmara Técnica.

- ✓ As contribuições deverão ser incorporadas ao documento até dia 17.11.17 e devem ser encaminhadas para o e-mail da coordenação da Câmara Técnica.

- ✓ Dia 23.11.17 haverá reunião integral com Câmara Técnica para análise integral do documento com parecer da Câmara, para encaminhamento ao CONCIDADE. O local ainda está em aberto.

Conselheiros presentes indicados pelos seus respectivos segmentos que integram a Câmara Técnica:

NOME/INSTITUIÇÃO	ASSINATURA
Cezar Augusto (Poder Público)	
Degenildo Trajano (PREZEIS)	
João José da Silva (MLPC) – PE	
Marcela Gusmão (Poder Público)	
Norah Neves (Poder Público)	
Sandro Guedes (ADEMI/PE)	